

O Fracasso Escolar de Mulheres Transexuais e Travestis nos Trabalhos Apresentados no Gt-23 da Anped, no Período de 2005 a 2015

The School Failure of Transsexual Women and Travestis in the Articles Presented in the Anped Gt-23, in the Period of 2005 to 2015

Tatiane da Silva Lima

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Constantina Xavier Filha

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - e-mail: tinaxav@gmail.com

Introdução

O presente artigo tem por objetivo apresentar as discussões sobre o fracasso escolar de mulheres transexuais e travestis nos textos apresentados no Grupo de Trabalho de Gênero, Sexualidade e Educação – GT – 23, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, no período de 2005 a 2015. A pesquisa cujo tema é o espaço escolar de mulheres transexuais e travestis, tem por objeto o fracasso escolar de mulheres transexuais e travestis nos trabalhos apresentados no referido grupo, conforme já destacamos.

O tema da presente pesquisa começou a ser pensado a partir de um depoimento¹ de desrespeito e agressão. Ao verificar as redes sociais nos deparamos com o depoimento de uma mulher transexual, vítima de assédio sexual e humilhação pelas/os demais passageiras/os em um transporte público, a caminho da faculdade, em Aracaju – SE. A partir desse depoimento, buscamos em nossa memória quantas vezes vimos uma travesti convivendo em nosso dia a dia, principalmente na universidade pública em que estudamos e trabalhamos.

¹ Depoimento de Sofia Favero, mulher transexual agredida em um transporte público, na cidade de Aracaju – SE. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/noticias/cidade//ler.asp?id=158415>> Acesso em: 28 de setembro de 2016.

O relato, sobre a mulher transexual agredida, fez-nos refletir sobre como estas pessoas não estão presentes em nossos cotidianos, então, no semestre seguinte, ao cursar a disciplina Educação, Sexualidade e Gênero, ministrada por minha professora e orientadora Constantina Xavier Filha, novas indagações surgiram e começamos a pesquisar em bancos de teses e dissertações trabalhos que discutissem sobre o espaço escolar de mulheres transexuais e travestis.

Partindo dessas indagações e pesquisas, percebemos que há muitas mulheres transexuais e travestis que não concluem o período de escolaridade obrigatória², então, para compreendermos porque estas mulheres fracassam na escola, definimos como objeto desta pesquisa o *fracasso escolar de mulheres transexuais e travestis nos trabalhos apresentados no GT – 23 da ANPEd, no período de 2005 a 2015*, e chegamos a seguinte problemática: “Quais os aspectos que interferem no fracasso escolar, na Educação Básica, de mulheres transexuais e travestis?” Para discutirmos esta questão, nosso presente estudo teve por objetivo analisar e problematizar os trabalhos apresentados em dez anos de GT – 23 da ANPEd, tendo como recorte o período histórico de 2005 a 2015, que dialogam sobre o fracasso escolar de mulheres transexuais e travestis. A presente pesquisa foi realizada como trabalho final de conclusão de curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS no ano de 2016.

O artigo está organizado em três partes. Na primeira, denominada “Caminhos teórico-metodológicos”, expomos os passos metodológicos para a realização da presente pesquisa. Na segunda parte, expomos os pressupostos teóricos, explicitando os conceitos que nortearam nossa pesquisa. Na terceira parte, denominada “O fracasso de mulheres transexuais e travestis”, apresentamos a descrição e problematização dos trabalhos que foram as fontes da pesquisa. Por fim, teremos as considerações finais.

Caminhos Teórico-Metodológicos

Neste tópico, apontamos os passos metodológicos e os procedimentos desenvolvidos para a realização da pesquisa. A presente pesquisa, de caráter

² Segundo Isaías de Oliveira Junior e Eliane Rose Maio (2016) as/os estudantes transexuais e travestis têm dificuldade para concluir os estudos, pois, por terem mais dificuldade em esconder sua diferença, diferentemente de adolescentes gays e lésbicas, tornam-se vítimas mais visíveis da violência escolar, sendo forçadas/os a abandonarem a escola.

bibliográfico, foi desenvolvida na perspectiva pós-crítica em educação. Seguimos os pressupostos da pesquisa pós-crítica para podermos reinventar e expandir nossas problematizações, pois a pesquisa pós-crítica em educação “aceita diferentes traçados e é movida pelo desejo de pensar coisas diferentes na educação” (MEYER; PARAÍSO, 2012, p. 42), por aceitar diferentes traçados, a pesquisa pós-crítica proporciona liberdade para produzir novos sentidos e buscar novos questionamentos acerca de reflexões estabelecidas.

A partir da pesquisa pós-crítica, tivemos pretensão de interrogar o que já conhecemos, revendo o que foi produzido sobre nosso objeto de pesquisa, para incluirmos novos pontos de vista, dado que “o que importa em síntese, é movimentar-se sempre para a dissolução das formas” (MEYER; PARAÍSO, 2012, p. 42), sem o intuito de encontrar respostas conclusivas ou fazer generalizações.

Nossa pesquisa teve caráter bibliográfico, ou seja, segundo Gil (2002), é baseada em materiais já elaborados, tais como livros e artigos científicos, e, pode ser desenvolvida exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Para desenvolver o presente estudo, consultamos, no *site* da ANPEd, os trabalhos apresentados em exposição oral e em pôster, a partir de 2005 até 2015, no Grupo de Trabalho Gênero, Sexualidade e Educação – GT – 23, para analisar artigos que discutam sobre aspectos de fracasso escolar de mulheres transexuais e travestis. Escolhemos os textos apresentados na ANPEd como fonte por esta Associação ser um amplo espaço para debates de questões científicas e políticas:

A ANPEd é uma associação sem fins lucrativos que congrega programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação, professores e estudantes vinculados a estes programas e demais pesquisadores da área. Ela tem por finalidade o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social. (...) As reuniões nacionais e regionais da Associação também construíram um espaço permanente de debate e aperfeiçoamento para professores, pesquisadores, estudantes e gestores da área. Nesse percurso, a ANPEd tem se projetado no país e fora dele como um importante espaço de debate das questões científicas e políticas da área, além da relevante produção científica de seus membros, constituindo-se em referência na produção e divulgação do conhecimento em educação. (ANPEd, [200?]).

A ANPEd é uma entidade sem fins lucrativos que, para incentivar a pesquisa educacional, promove bienalmente reuniões científicas nacionais e regionais de debates, estimulando a participação das comunidades acadêmica

e científica³. É composta atualmente por vinte e quatro Grupos de Trabalho responsáveis por diversas áreas de estudos⁴, dentre eles há o Grupo de Trabalho Gênero, Sexualidade e Educação, denominado GT – 23. O GT – 23 tem mais de dez anos de discussões e apresentações de trabalhos na ANPEd, desde 2005 deixou de ser um Grupo de Estudo para tornar-se Grupo de Trabalho, um espaço legítimo e formal para debates das temáticas de gêneros e sexualidades no campo da educação.

A presente pesquisa teve por objetivo analisar e problematizar os trabalhos apresentados em exposição oral e em pôster nas reuniões nacionais da ANPEd, do período de 2005 até 2015, como já descrito. Para a realização do estudo, acessamos ao *site* da ANPEd e buscamos em cada Reunião Nacional da ANPEd os pôsteres e trabalhos apresentados no GT – 23. Inicialmente, fizemos a leitura dos resumos de todos os artigos divulgados no *site*, que foram apresentados no GT – 23, para posteriormente, fazermos o *download* dos trabalhos que discutiam sobre os aspectos escolares de mulheres transexuais e travestis.

Após a leitura dos resumos de todos os artigos, encontramos seis textos, apresentados em exposição oral, que discutem sobre os aspectos escolares de mulheres transexuais e travestis. Após o *download* desses textos, fizemos uma leitura individual e completa com intuito de selecionar os trabalhos que dialogam sobre o fracasso escolar de mulheres transexuais e travestis.

Dos seis textos, três discutem sobre nosso objeto em questão, são eles: *“Um nome próprio: transexuais e travestis nas escolas brasileiras”*, escrito por Maria Rita de Assis César e apresentado em 2009; *“Professoras travestis e transexuais brasileiras e seu processo de escolarização: Caminhos percorridos e obstáculos enfrentados”*, escrito por Graça Aparecida Cicillini e Neil Franco e apresentado em 2013; e *“Corpos e subjetividades trans* na escola e nos movimentos*

³ Disponível em: <http://www.anped.org.br/sobre-anped>>. Acesso em: 04 de julho de 2017.

⁴ Os grupos de trabalhos são: GT02 – História da Educação; GT03 – Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos; GT04 – Didática; GT05 – Estado e Política Educacional; GT06 – Educação Popular; GT07 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos; GT08 – Formação de Professores; GT09 – Trabalho e Educação; GT10 – Alfabetização, Leitura e Escrita; GT11 – Política da Educação Superior; GT12 – Currículo; GT13 – Educação Fundamental; GT14 – Sociologia da Educação; GT15 – Educação Especial; GT16 – Educação e Comunicação; GT17 – Filosofia da Educação; GT18 – Educação de Pessoas Jovens e Adultas; GT19 – Educação Matemática; GT20 – Psicologia da Educação; GT21 – Educação e Relações Étnico-Raciais; GT22 – Educação Ambiental; GT23 – Gênero, Sexualidade e Educação; e GT24 – Educação e Arte. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/grupos-de-trabalho>>. Acesso em: 04 de julho de 2017.

sociais: a reinvenção das tentativas de captura por meio das normativas oficiais”, escrito por Dayana Brunetto Carlin dos Santos e apresentado em 2015.

Estes três textos foram as fontes da nossa pesquisa. Para analisá-los, elaboramos fichas de análise e discussão com a finalidade de registrar informações gerais que consideramos relevantes para sistematizar cada trabalho, tais como: título; autoras/es; ano de apresentação na ANPED; objetivo do artigo; aspectos de fracasso escolar e referencial teórico. Após a elaboração e preenchimento das fichas, fizemos novamente uma leitura individual de cada texto para iniciar as problematizações acerca do fracasso escolar de mulheres transexuais e travestis.

Após a releitura das nossas fichas e fontes, percebemos que entre os três textos havia questões relevantes para compreendermos melhor às problematizações sobre nosso objeto, além de complementar as discussões frente a nossa problemática. Então, a partir das questões que se aproximam e se distanciam entre os textos, criamos dois agrupamentos: *Nomenclaturas* e *Aspectos que interferem no fracasso escolar*.

No primeiro agrupamento, apresentaremos as nomenclaturas que as/os autoras/es empregam para se referirem às pessoas transexuais e travestis, e, no segundo agrupamento, discutiremos os termos recorrentes ao conceito de fracasso escolar e os aspectos que interferem no fracasso escolar.

Antes de seguirmos para as descrições e discussões sobre os textos, julgamos necessário apresentar a contextualização dos principais conceitos que nortearam nossa pesquisa.

Pressupostos Teóricos

A presente pesquisa, descrita nesse artigo, segue os preceitos dos Estudos de Gênero e Sexualidades no âmbito da Educação. A seguir, apresentaremos os conceitos de gênero, cisgênero, travesti, transexual e fracasso escolar que nortearam nossa pesquisa e reflexões. Para realização desta proposta, utilizaremos autoras/es como: Guacira Lopes Louro (2014), Jaqueline Gomes de Jesus (2012b), Marcos Benedetti (2005) e José Maria Puig Rovira (2004).

Destacaremos, primeiramente, o conceito de gênero e as problemáticas que envolvem esta temática. Segundo Guacira Lopes Louro (2014), o gênero pode ser explicado como:

[...] constituinte da *identidade* de sujeitos. [...] compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias. [...] a ideia é perceber o gênero *fazendo parte* do sujeito, constituindo-o. (LOURO, 2014, p. 29, grifos da autora).

O que a autora nos mostra é que as identidades são plurais, no qual elementos sociais e culturais contribuem para o processo contínuo de construção das identidades das pessoas, não sendo estas identidades fixas ou permanentes. A identidade de gênero faz parte do sujeito, constituindo-o, assim como as outras identidades, tais como raça, etnia e/ou grupo social, dentre outras.

Para Jaqueline Gomes de Jesus (2012b), o gênero também é considerado uma construção social e não está relacionado ao órgão genital:

Sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente. (JESUS, 2012b, p. 08).

Conforme afirma a autora, não podemos buscar compreensão sobre a construção das identidades de gênero com base nas diferenças do sexo biológico, o que importa é a autopercepção do sujeito. Então, a identidade de gênero, segundo ela, refere-se ao gênero no qual a pessoa se identifica independente de seu órgão genital.

As pessoas que têm a identidade de gênero que correspondem às expectativas sobre seu sexo biológico, ou seja, se reconhecem homem e tem pênis, se reconhecem mulher e tem vulva/vagina, são consideradas cisgênero, ou ‘cis’ (JESUS, 2012b), então, as pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado ao nascimento são identificadas como transgêneros⁵, e, mais particularmente, mulheres transexuais ou travestis se se reconhecem mulher e tem pênis, e, homens transexuais se se reconhecem homem e tem vulva/vagina.

O termo ‘travesti’, segundo Jaqueline Gomes de Jesus (2012b), “é antigo, muito anterior ao conceito de “transexual” e, por isso muito, mais utilizado e consolidado em nossa linguagem” (JESUS, 2012b, p. 16). Antes do conceito “transexual”, as mulheres que não se identificavam com o gênero que lhes foi determinado ao

⁵ Transgênero é um conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento. (JESUS, 2012b).

nascimento se reconheciam como travestis. Recentemente, o termo “transexual” está se consolidando e algumas mulheres se autoidentificam com esse conceito.

A identificação travesti⁶ e transexual não é atribuída por determinado modo de se vestir ou agir, mas sim por autoidentificação:

As múltiplas diferenças e particularidades vivenciadas pelas pessoas nesse universo social não podem ser reduzidas a categorias ou classificações unificadoras, pois estas, ao tornar equivalentes visões de mundo e identidades às vezes até antagônicas, podem ser arbitrárias. (BENEDETTI, 2005, p. 17).

Definir-se travesti ou transexual, segundo o autor, depende unicamente da própria pessoa, a partir de suas visões de mundo, de reconhecimento e posicionamento, não depende necessariamente de classificações e categorizações sobre como deve ser uma mulher transexual ou travesti, em razão de não haver diferenças físicas, psicológicas e “essenciais” entre as duas identidades. As modificações estéticas, tal como o processo transexualizador⁷, não são mudanças obrigatórias, pois há muitos princípios que interferem nessas decisões, tais como os recursos financeiros, o medo do preconceito, a aceitação da família ou até mesmo a própria vontade.

Em nossa pesquisa, também não temos pretensão de categorizar a identidade transexual e travesti, dado que reconhecemos que cada pessoa tem suas diferenças e particularidades, no entanto, preferimos explicar as diferenças entre os termos para que não houvesse exclusão ou invisibilização entre as identidades.

Segundo Jaqueline Gomes de Jesus (2012a), mulheres transexuais e travestis têm seus direitos violados diariamente, além de sofrerem violências variadas, desde ameaças a agressões físicas, em consequência de percepções negativas sobre suas identidades de gênero⁸. Um dos locais em que ocorre a violação

⁶ A denominação “travesti” é mais frequente no Brasil do que em outros países, porém, é historicamente estigmatizada. As travestis sofrem com a dificuldade de serem empregadas, mesmo tendo qualificação, e acabam, em sua maioria, sendo, muitas vezes, excluídas das escolas, repudiadas no mercado de trabalho formal e forçadas a sobreviverem na marginalidade, em geral como profissionais do sexo. (JESUS, 2012b).

⁷ “Processo pelo qual a pessoa passa, de forma geral, para que seu corpo adquira características físicas do gênero com o qual se identifica. Pode ou não incluir tratamento hormonal, procedimentos cirúrgicos variados (como mastectomia, para homens transexuais) e cirurgia de redesignação genital/sexual ou de transgenitalização.” (JESUS, 2012b, p. 30).

⁸ Segundo Jaqueline Gomes de Jesus (2015), há muitas reações, porém pouco amistosas, frente à existência de pessoas trans, e, fora dos espaços politicamente “corretos”, “os preconceitos afloram visual-

de direitos é no espaço escolar, e é nele que nos preocupamos. A escola é um espaço frequentado por diferentes pessoas, culturas, classes sociais, identidades e etnias, que, a partir dessas diferenças, separa e classifica os sujeitos.

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela estavam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas. (LOURO, 2014, p. 61).

O espaço escolar, como afirma a autora, produz desigualdades que dividem, separam e hierarquizam os sujeitos. Desde as diferenças culturais às diferenças de gênero, a escola produz gestos, sentidos e regras que afirmam o que pode fazer e quem pode fazer, classificando um modelo padrão a ser seguido, dito ‘normal’ e ‘natural’, permitindo que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesse modelo.

No Brasil, operamos, explícita ou implicitamente, com uma identidade referência: o homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão (Louro, 1998). As outras identidades são constituídas, precisamente, como “outras” em relação a essa referência; em relação à identidade que, por se constituir na norma, no padrão e critério, goza de uma posição não marcada ou, em outros termos, é representada como “não-problemática”. [...] a identidade que foge à norma, que se *diferencia* do padrão, que se toma marcada. Ela escapa ou contraria aquilo que é esperado, ela se desvia do modelo. [...] Nas escolas, não apenas as diversas áreas ou disciplinas foram produzidas sob a perspectiva masculina heterossexual (e, então, tradicionalmente, deixam de fora os saberes, as experiências e os problemas das mulheres e dos grupos homossexuais); mas todos os “textos”, no sentido amplo do termo, são geralmente, construídos sob essa ótica (LOURO, 2000, p. 68, grifos da autora).

Segundo a autora, os mecanismos de classificação e separação do espaço escolar são definidos a partir da identidade referência ‘homem branco, heterossexual, classe média e cristão’ (LOURO, 2000, p. 68), que distancia as outras identidades diferentes desse padrão, tornando-as marcadas e desviantes à norma, fazendo com que estas outras identidades sejam vigiadas e inferiorizadas diante do padrão.

mente e verbalmente, basta assistirmos qualquer programa humorístico em que pessoas trans estejam sendo retratadas; basta ouvirmos qualquer conversa de botequim acerca do tema” (JESUS, 2015, p. 24).

Alunas travestis e transexuais, por serem consideradas desviantes à identidade referência e fugirem do modelo ‘normal’, muitas vezes são desrespeitadas e invisibilizadas (JESUS, 2013) quando relatam sofrer violência. Essas mulheres também podem ser negligenciadas em razão do despreparo das/os professoras/es e demais profissionais da educação:

Travestis e transexuais não sofrem apenas através das manifestações diretas de outras pessoas no ambiente escolar, mas também em razão do despreparo de professores e demais profissionais de educação para com a realidade vivenciada por essa população. É comum que o corpo docente não saiba como lidar com alunas e alunos transexuais e travestis, desrespeitando seus nomes sociais (alegando a “necessidade”, imaginamos o porquê, de chamá-lhes pelo nome que consta em seus registros civis), invisibilizando as violências sofridas em razão dos colegas de classe, diminuindo as pautas dessas alunas e alunos, etc. (OLIVEIRA; PORTO, 2016, p. 330).

Segundo o autor e a autora, o período escolar de mulheres transexuais e travestis pode ser marcado pela invisibilização de violências sofridas, tais como insultos ou ‘piadinhas’ de colegas de classe, e desrespeito ao uso do nome social⁹ (nome pelo qual essas mulheres se identificam e preferem ser identificadas). A invisibilização pode acontecer em razão da omissão das/os professoras/es diante da conduta das/os colegas de classe em insultar alunas transexuais e travestis. As/os profissionais da educação que não sabem lidar com alunas transexuais e travestis não respeitam o uso do nome social, preferindo chamá-las pelo nome que consta em seus registros civis, dentre tantas outras violências.

Os insultos e o desrespeito podem interferir na frequência escolar e no rendimento em sala de aula dessas pessoas, no qual, “para alguns é o exercício de um direito, para outros pode ser uma tortura diária compulsória.” (JUNCKES; SILVA, 2009, p. 155). Frequentar a escola é o exercício de um direito, porém, para as mulheres transexuais e travestis que sofrem violência e invisibilização diariamente, esta tarefa se torna uma tortura diária, então, como alternativa para evitar esse cenário de hostilidade, acabam “se evadindo desse espaço.” (ALVES; MOREIRA, 2015, p.161). Evadir-se da escola, ou seja, deixar de concluir o período de escolaridade obrigatória, segundo José Maria Puig Rovira (2004), é uma das situações em que se caracteriza o fracasso escolar:

⁹ Segundo Cláudio Eduardo Resende Alves e Maria Ignez Costa Moreira (2015), o nome social é “uma expressão brasileira que pode ser entendida como o nome escolhido pelo próprio sujeito trans, uma vez que existe uma incongruência entre seu nome civil e sua identidade de gênero” (ALVES; MOREIRA, 2015, p. 60).

A expressão “fracasso escolar” já está reconhecida há muito e será difícil modificá-la, mas nos parece pouco acertada. Falar de fracasso escolar, assim em seco, para se referir aos jovens que não completam o período de escolaridade obrigatória ou que não alcançam certo nível acadêmico é um qualificativo demasiado simplista e, principalmente, muito negativo. [...] apesar de que o fracasso sempre acaba sendo dos indivíduos particulares, frequentemente os fatores que o provocam ficam fora de seu controle e de sua responsabilidade. (MARCHESI; GIL, 2004, p. 82).

Para o autor, o conceito de fracasso escolar é referente às/aos jovens que não concluem o período de escolaridade obrigatória, porém, frequentemente, há aspectos que interferem no rendimento¹⁰ dessas jovens e desses jovens que ficam fora de seu controle. Mulheres transexuais e travestis que deixam de frequentar a escola fracassam, no entanto os aspectos que motivam essas mulheres a se afastarem do espaço escolar, estão muitas vezes além de suas responsabilidades e controle.

Apresentamos neste tópico os principais conceitos que fundamentaram nossa pesquisa. No tópico seguinte descreveremos os três textos que integram a pesquisa, para, posteriormente, discutirmos os agrupamentos realizados a partir da problematização proposta.

O Fracasso Escolar de Mulheres Transexuais e Travestis

Nesta parte do artigo, apresentaremos nossas descrições dos trabalhos apresentados no GT-23 da ANPED, no período histórico de 2005 a 2015, que dialogam sobre o fracasso escolar de mulheres transexuais e travestis. Como dito anteriormente, os três textos descritos são os seguintes: *Um nome próprio: transexuais e travestis nas escolas brasileiras* (CÉSAR, 2009); *Professoras travestis e transexuais brasileiras e seu processo de escolarização: Caminhos percorridos e obstáculos enfrentados* (CICILLINI; FRANCO, 2013); e *Corpos e subjetividades trans* na escola e nos movimentos sociais: a reinvenção das tentativas de captura por meio das normativas oficiais* (SANTOS, 2015).

¹⁰ Segundo Hélène Soares de Oliveira (2009), o conceito de rendimento escolar pode ser definido a partir de três concepções: uma concepção centrada na/o aluna/o, resultado de uma conduta de aprendizagem suscitada por uma atividade da/o professora/o; ou, em uma concepção no qual o rendimento escolar é fruto de um conjunto de elementos derivados da/o aluna/o, da família e do sistema educativo. A autora declara que os principais determinantes do rendimento escolar são questões que envolvem a instituição escolar, as/os professoras/es e a família, além da/o própria/o aluna/o.

O trabalho intitulado *Um nome próprio: transexuais e travestis nas escolas brasileiras* (CÉSAR, 2009) é um ensaio teórico, apresentado em 2009 no GT-23 da ANPED e escrito por Maria Rita de Assis César, professora na Universidade Federal do Paraná – UFPR. O trabalho discute o tema da exclusão de pessoas transexuais e travestis nas escolas brasileiras, contextualizando sobre a aproximação dos movimentos sociais com o tema, visando a atenção dada pelos coletivos e organizações sociais LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

A autora afirma que transexuais e travestis ao serem indagadas/os em entrevistas ou nas falas espontâneas, demonstram que a escola exerce o preconceito pela impossibilidade da utilização do nome social. Consequentemente, vários coletivos sociais se mobilizam para assegurar, mediante legislação específica, a utilização do nome social de transexuais e travestis nas instituições escolares.

Como mobilização mediante legislação específica, Maria Rita de Assis César (2009) cita uma Campanha nacional da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos) pela aprovação do nome social nas escolas brasileiras. A ABLGT enviou um documento para todas as Secretarias da Educação do Brasil solicitando “elaboração de portarias específicas que autorizem o uso do nome social em escolas” (CÉSAR, 2009, p. 02).

A autora declara que mesmo com discussões em pauta pela sociedade civil, os depoimentos de transexuais e travestis demonstram que, em grande parte, as escolas exercem o preconceito e a exclusão, marcando a convivência dessas pessoas na instituição com fortes traços de preconceitos, produzindo, então, o abandono escolar. A autora ainda complementa que, embora não haja pesquisas quantitativas, o abandono da escola por transexuais e travestis está presente na maioria dos relatos e se afirma como uma preocupação das organizações sociais, “nesse contexto da exclusão da instituição escolar, as reivindicações sobre a utilização do nome social vem sendo a principal luta dos movimentos sociais LGBT.” (CÉSAR, 2009, p. 08). O uso do nome social na escola, segundo a autora, é a principal luta dos movimentos sociais LBGT.

Ao final do texto, Maria Rita de Assis César (2009) reafirma que relatos demonstram que a recusa em aceitar o nome social acontece por parte de professoras/es das escolas, e que esta dificuldade tem sido uma das principais causas da evasão escolar de transexuais e travestis. O que a autora nos mostra é que nessas experiências específicas o nome importa,

e a recusa em aceitar o nome social tem sido uma das causas da evasão escolar para transexuais e travestis¹¹.

O segundo texto, *Professoras travestis e transexuais brasileiras e seu processo de escolarização: Caminhos percorridos e obstáculos enfrentados* (CICILLINI; FRANCO, 2013) foi escrito por Graça Aparecida Cicillini e Neil Franco, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora e professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, e apresentado em 2013 no GT – 23 da ANPEd.

O artigo apresenta uma pesquisa bibliográfica baseada na análise de fontes bibliográficas e documentais, entrevistas e questionários, com o objetivo de investigar os caminhos percorridos e os obstáculos enfrentados por professoras travestis e transexuais brasileiras durante seu processo de escolarização e inserção na carreira docente, a partir de entrevistas e questionários com doze professoras transexuais e travestis das cinco regiões do Brasil¹².

O texto contextualiza as opiniões das professoras transexuais e travestis no espaço escolar, evidenciando suas constantes resistências e enfrentamentos advindos da Educação Básica e do Ensino Superior. O autor e a autora afirmam que essas professoras representam uma pequena parcela de pessoas transexuais e travestis que conseguiram suportar a discriminação, violência e exclusão, pela qual são expostas desde as fases iniciais da Educação Básica. As argumentações das professoras entrevistadas declaram que poucas pessoas transexuais e travestis conseguem concluir os estudos em decorrência do ambiente hostil em que convivem:

Na maioria das vezes, a escola é um dos principais desencadeadores desses processos de exclusão expressos por uma violência anunciada, na maioria das vezes por parte do corpo docente, e outra violência velada e/ou silenciada, pelos/as agentes escolares. (CICILLINI; FRANCO, 2013, p. 09).

¹¹ Para a autora, “a futura implementação de novas leis e resoluções que abrem possibilidade e instauram a obrigatoriedade da inclusão dos nomes sociais nas listas de chamadas, com a garantia do seu emprego no interior da instituição escolar, irá criar a possibilidade de acolhimento da experiência transexual no interior da escola.” (CÉSAR, 2009, p. 12).

¹² Doze professoras compõem a pesquisa, sendo duas da região Sul, quatro do Sudeste, três do Centro-Oeste, duas do Nordeste e uma do Norte. As entrevistadas têm de vinte e cinco a quarenta e cinco anos de idade, com tempo de experiência na docência de um a vinte anos. Das doze professoras entrevistadas, sete se autoidentificaram como transexuais e cinco como travestis. (FRANCO; CICILLINI, 2013).

Segundo as/os autoras/es, na maioria das vezes, a violência anunciada é um dos principais desencadeadores dos processos de exclusão do espaço escolar, e acontece por parte das/os professoras/es. Esta violência anunciada incide diretamente na possibilidade de prejuízo e/ou violação física. A violência velada e/ou silenciada, muitas vezes expressada pelos agentes escolares, manifesta-se pela omissão do corpo docente:

Após sofrer agressões físicas e verbais, Adriana dos Santos se dirigia até a secretaria da escola e cobrava providências dos/as agentes escolares: “Não, rapaz, a vida é assim. É normal, tenha calma. Você tem que saber, tem que se acostumar com essa sua situação. Com essa sua postura, essa sua opção”. Mas era normal se acostumar, porque ninguém fazia nada: “Mas estou cheia, eu sou vitimizada! Sou vítima de preconceito, sou xingada e vocês não fazem nada. E dizem que isso é normal? Que discurso é esse” “Não, tenha calma. Isso se resolve. Vamos tentar conversar.” E nunca se conversava (novembro, 2010). (CICILLINI; FRANCO, 2013, grifos das/os autoras/es).

De acordo com o texto, a violência silenciada é caracterizada pela omissão do corpo docente e agentes escolares frente aos casos de violências, ou seja, quando a direção ou as/os professoras/es não interferem nas situações de violência que acontecem no espaço escolar.

Ao final do texto, as/os autoras/es afirmam que apesar dos diversos obstáculos enfrentados nas trajetórias escolares das professoras entrevistadas, as experiências como docentes são de reconhecimento profissional, e que estas experiências visam possibilitar a efetivação de novas formas de ensino e aprendizagem no que se refere ao reconhecimento da diversidade sexual e de gênero na escola.

O terceiro texto, intitulado *Corpos e subjetividades trans* na escola e nos movimentos sociais: a reinvenção das tentativas de captura por meio das normativas oficiais* (SANTOS, 2015), foi escrito por Dayana Brunetto Carlin dos Santos, doutoranda em Educação pela UFPR, e apresentado em 2015 no GT-23 da ANPED. O artigo é um ensaio teórico que tem por objetivo problematizar a utilização dos espaços coletivos da escola e do nome social por pessoas transexuais e travestis maiores e menores de 18 anos.

A autora inicia o artigo apresentando uma publicação da Resolução nº 12 no Diário Oficial da União de 12 de março de 2015, referente a:

[...] posicionamentos e orientações explícitas sobre questões importantes, direcionadas a todos os níveis e modalidades de ensino. Tais como: a ampliação do público ao qual está relacionada; o uso do banheiro escolar de acordo com a “identidade de gê-

nero”; a forma de utilização do nome social nas escolas e o reconhecimento da “identidade de gênero” de pessoas trans* menores de 18 anos. (SANTOS, 2015, p. 02).

A resolução é referente à relação entre a escola, travestis e transexuais, tal como a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas transexuais e travestis, em virtude do uso do banheiro escolar de acordo com a identidade de gênero e utilização do nome social. A autora afirma que, com esta resolução, amplia a noção de identidade de gênero e normatiza a inserção do nome social de transexuais e travestis nas escolas.

Dayana Brunetto Carlin dos Santos (2015) cita a própria dissertação de mestrado que realizou para declarar que a utilização do banheiro escolar passa a ser uma questão política e teórica importante a partir do momento em que transexuais e travestis frequentam a escola:

Na sua dissertação, a pesquisadora Dayana Brunetto Carlin dos Santos demonstrou, por meio de narrativas de travestis e transexuais sobre a sua experiência escolar, que a utilização do banheiro escolar constitui-se em uma categoria de análise teórica importante. Para a autora “[o] uso do banheiro na escola, para a maioria dos sujeitos da pesquisa, é um complicador da permanência de travestis e transexuais nas escolas.” (2010, p. 162). (SANTOS, 2015, p. 03).

Por meio das narrativas de transexuais e travestis, a autora nos mostra que o uso do banheiro escolar é uma das dificuldades para a permanência dessas pessoas nas escolas. Segundo a autora, em 2010, várias escolas da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, disponibilizaram um terceiro banheiro escolar específico para travestis e transexuais, ou, então, a direção sugeria que usassem o banheiro das/os professoras/es.

Ao longo do artigo, Dayana Brunetto Santos (2015), cita uma resolução federal referente à forma de registro do nome social nos documentos escolares, explicitando que o nome civil da pessoa transexual ou travesti deveria ficar restrito aos sistemas de informação administrativos da escola. No entanto, “em todas as normativas estaduais e municipais, que se refere ao modo de utilização do nome social, este aparece sempre como um adendo ao nome civil” (SANTOS, 2015, p. 05). Com essas regulamentações, segundo a autora, a presença de transexuais e travestis tem-se feito sentir cada vez mais nos espaços escolares.

Ao final do texto, a autora menciona os movimentos sociais em prol às transexuais e travestis, “os movimentos sociais pautam as instituições para que

pessoas trans* sejam incluídas nas escolas, pelos seus nomes sociais e uso do banheiro de acordo com a ‘identidade de gênero’.” (SANTOS, 2015, p. 09). As discussões políticas e teóricas são articuladas por pessoas transexuais e travestis, que tem lutado por políticas públicas, dentre as quais na educação.

Como dito anteriormente, para organizar nossas discussões, fizemos dois agrupamentos: *Nomenclaturas* e *Aspectos que interferem no fracasso escolar*, assim poderemos identificar e problematizar as semelhanças e diferenças entre os textos. Nos próximos tópicos, apresentaremos os grupos, identificando o que delimitamos como características de cada agrupamento e ressaltando as concepções que os textos podem trazer.

Nomenclaturas

A partir de nossas discussões, observamos que as/os autoras/es utilizam diferentes termos e/ou expressões para se referirem às pessoas transexuais e travestis. Reconhecemos que esses conceitos têm o objetivo de dar visibilidade às diferentes identidades de gênero, de forma que não haja exclusão de nenhum grupo.

Neste tópico, apontaremos as nomenclaturas empregues e conceituadas em dois textos: *Professoras travestis e transexuais brasileiras e seu processo de escolarização: caminhos percorridos e obstáculos enfrentados* (CICILLINI; FRANCO, 2013) e *Corpos e subjetividades trans* na escola e nos movimentos sociais: A reinvenção das tentativas de captura por meio das normativas oficiais* (SANTOS, 2015). A única exceção será o texto *Um nome próprio: Transexuais e travestis nas escolas brasileiras* (CÉSAR, 2009), pois Maria Rita de Assis César não se refere às pessoas transexuais e travestis a partir de outros conceitos.

No texto *Professoras travestis e transexuais brasileiras e seu processo de escolarização: caminhos percorridos e obstáculos enfrentados* (CICILLINI; FRANCO, 2013), Graça Aparecida Cicillini e Neil Franco optam em situar a travestilidade e transexualidade com a expressão ‘universo *trans*’, escrita por Marcos Benedetti com o intuito de “possibilitar a ampliação do leque de definições no que tange às ‘transformações do gênero’” (CICILLINI; FRANCO, 2013, p. 04). Ao longo do texto, a autora e o autor utilizam o termo “pessoas *trans*”, com a palavra “*trans*” em itálico para fazer referência à expressão.

No texto, *Corpos e subjetividades trans* na escola e nos movimentos sociais: A reinvenção das tentativas de captura por meio das normativas oficiais* (SANTOS, 2015), Dayana Brunetto Carlin dos Santos recorre ao termo trans*, com asterisco no final, e explica em nota de rodapé que este termo foi criado pelo movimento social e refere-se a “todas as maneiras de se colocar no mundo que não correspondem à forma complementar entre corpo e gênero.” (SANTOS, 2015, p. 01). Segundo a autora, o termo trans* tem sido utilizado como um termo guarda-chuva, para ampliar a representação e enfrentar os processos de exclusão de alguns grupos.

Mesmo que, nos artigos analisados, as/os autoras/es se refiram às pessoas transexuais em geral, a maior visibilidade é para as mulheres transexuais e travestis, visto que, a maioria dos depoimentos e as entrevistas citadas nos textos, são de mulheres transexuais e travestis. Dayana Brunetto Santos reconhece e afirma que “tanto nos movimentos sociais quanto nas escolas, a maioria das representações é feita por mulheres transexuais e travestis” (SANTOS, 2015, p. 04).

As expressões usadas nos textos nos mostram que as/os autoras/es têm a preocupação de elucidar a transexualidade e travestilidade de modo que cada identidade tenha visibilidade. As particularidades dessas identidades são respeitadas, não há categorizações de como uma pessoa transexual ou travesti deve ser/agir/vestir, uma vez que, a autodefinição transexual e travesti parte de um conjunto de significações, vivências de mundo e particularidades (BENEDETTI, 2005).

Esta questão é importante para que possamos entender que as identidades de gênero não são precisas e fixas (LOURO, 2014), desta maneira, quando as/os autoras/es empregam expressões e especificam que há diferentes denominações para os reconhecimentos de identidades, estão garantindo a visibilidade e o respeito às pessoas transexuais e travestis.

A seguir, discutiremos os termos que correspondem ao fracasso escolar e os aspectos que interferem nesse processo a partir dos três textos que foram nossas fontes.

Aspectos que interferem no fracasso escolar

Neste tópico discutiremos os aspectos que interferem no fracasso escolar de mulheres transexuais e travestis. Apresentaremos também os termos que correspondem ao conceito de fracasso escolar.

Nos textos analisados, não há uma preocupação teórica das/os autoras/es de delimitação e/ou aprofundamento do referido conceito. Para se referirem às pessoas que deixam de frequentar a escola, as/os autoras/es consultadas/os recorrem, na maioria das vezes, aos termos abandono e evasão escolar, utilizando-os muitas vezes como sinônimos.

No texto *Um nome próprio: Transexuais e travestis nas escolas brasileiras* (CÉSAR, 2009), Maria Rita de Assis César utiliza os termos abandono e evasão para se referir às situações de fracasso escolar de pessoas transexuais e travestis.

Transexuais e travestis frequentam escolas. Para eles, a convivência com a instituição escolar aparece marcada por fortes traços de preconceitos que, ao final produzem o abandono da escola por parte desses sujeitos. Em uma palavra, a experiência escolar de transexuais e travestis está marcada pelo abandono da escola. (CÉSAR, 2009, p. 08).

A autora considera que a experiência escolar de transexuais e travestis está marcada pelo abandono da escola. As instituições escolares produzem a evasão das pessoas transexuais e travestis a partir do momento que recusam o uso do nome social, “transexuais e travestis apontam a escola como um lugar de produção de grande sofrimento em virtude do preconceito e, em grande medida, pela impossibilidade da utilização do nome social.” (CÉSAR, 2009, p. 01-02). Segundo a autora, em razão da impossibilidade de uso do nome social, a escola é apontada, por transexuais e travestis, como um lugar de preconceito e exclusão. Recusar o uso do nome social causa desconforto nessas pessoas. O não reconhecimento de suas identidades de gênero pode ser considerado uma questão de desrespeito:

Tratar uma aluna travesti no masculino é o primeiro sintoma da falta de reconhecimento do gênero com o qual ela se identifica. Junqueira (2012) questiona por que é tão difícil e perturbador garantir o direito de uma pessoa ser tratada da forma em que ela se sente confortável e, sobretudo, humana, independente do lugar e da ocasião. É uma simples questão de respeito e humanidade. (JUNIOR; MAIO, 2016, p. 165).

Isaias Batista de Oliveira Junior e Eliane Rosa Maio (2016) afirmam que reconhecer o gênero com o qual a pessoa se identifica e tratá-la de forma com que se sinta confortável é uma questão de respeito e humanidade. As/os autoras/es ainda questionam por que é difícil garantir o direito da pessoa de ser tratada de maneira confortável, independente do lugar e da ocasião.

Maria Rita de Assis César (2009) reitera que, com a implementação de novas leis que instauram a obrigatoriedade de inclusão dos nomes sociais nas listas de chamadas, será criada a possibilidade de acolhimento de pessoas transexuais e travestis no espaço escolar. Desta maneira, compreendemos que o uso do nome social assegura o respeito e a visibilidade, “o ato de nomear e de reconhecer o outro a partir de um nome revelam práticas discursivas que tanto podem visibilizar politicamente sujeitos e seus corpos, quanto silenciá-los.” (ALVES; MOREIRA, 2015, p. 60).

Ao longo do texto, Maria Rita de Assis César ressalta que a utilização do nome social nas escolas brasileiras é a reivindicação principal na luta dos movimentos sociais LGBT, pois os coletivos e movimentos sociais estão se posicionando em razão do abandono de pessoas transexuais e travestis. O abandono da escola é caracterizado, segundo a autora, como um fator importante enquanto evasão escolar.

Como dissemos anteriormente, segundo José Maria Puig Rovira (2004), evadir-se da escola é uma das situações em que se caracteriza o fracasso escolar, visto que, este é referente as/aos jovens que deixam de concluir o período de escolaridade obrigatória, porém esta circunstância não cabe somente a elas/ eles, uma vez que, a instituição escolar, em grande parte, exerce o preconceito e a exclusão (CÉSAR, 2009).

No texto *Professoras travestis e transexuais brasileiras e seu processo de escolarização: caminhos percorridos e obstáculos enfrentados* (CICILLINI; FRANCO, 2013), Graça Aparecida Cicillini e Neil Franco não se referem aos conceitos de exclusão e evasão escolar, contudo citam o artigo escrito por Maria Rita de Assis César (2009) para se referirem ao exercício de exclusão e, consequentemente, de contribuição da escola para a evasão de transexuais e travestis:

Maria Rita César (2009) afirma que mesmo com as reivindicações da sociedade civil resultando em apoio por diversas vertentes do governo federal, levando à criação de medidas legislativas em defesa dos direitos humanos de pessoas *trans* no âmbito escolar, é fato que as escolas, em sua maioria, ainda exercem o preconceito e a exclusão e, consequentemente, contribuem para a evasão desses sujeitos. (CICILLINI; FRANCO, 2013, p. 08).

A autora declara que apesar das reivindicações da sociedade civil terem como resultado o apoio de vertentes do governo federal da época, as escolas ainda exercem a exclusão, contribuindo para a evasão dos sujeitos. A

partir dessa perspectiva, Graça Aparecida Cicillini e Neil Franco reconhecem que, na maioria das vezes, os processos de exclusão são desencadeados por uma violência anunciada, grande parte pelas/os estudantes, e por uma violência velada, pelas/os agentes escolares.

As falas das professoras transexuais e travestis entrevistadas, para a pesquisa das/os autoras/es, trazem denúncias de agressões físicas e propagações de violências silenciadas:

A professora Janaína Lima, da cidade de São Paulo, abandonou a escola ao ter sido vitimizada por uma chuva de pedras, denunciando a omissão do corpo docente nesse episódio. Tal fato caracteriza a representação expressa da violência silenciada: “Me senti expulsa do colégio, porque ninguém fez nada. Não houve nenhuma posição da direção da escola ou dos professores pelo que eu sofria e, então, preferi abandonar. Fiquei dez anos sem estudar... Dez anos ou mais.” (novembro, 2010). (CICILLINI; FRANCO, 2015, p. 10).

A vivência escolar sofrida por Janaína, ao relatar a agressão física através de uma “chuva” de pedras e a omissão do corpo docente diante desse episódio, caracteriza a representação expressa da violência anunciada. Ao longo do texto, as/os autoras/es citam um relato da biografia de Fernanda Albuquerque¹³:

Um relato de sua biografia ressalta um contexto de sala de aula em que foi agredida verbalmente pelos colegas de turma e ao pedir auxílio para o professor, este se mostrou conivente com a situação: “Ele requebrava e me imitava com a voz afeminada: Fala, diga para mim, Fernandinho, o que você quer? Eu emudecia, coberto de vergonha.” (ALBUQUERQUE; JANNELI, 1995, p. 34)”. (CICILLINI; FRANCO, 2015, p. 11).

A agressão denunciada por Fernanda nos mostra que além da violência verbal causada pelas/os colegas de sala, ainda há a violência anunciada por parte do posicionamento do professor. Segundo as/os autoras/es, apesar desta situação ter ocorrido há quase cinquenta anos, evidencia que:

(...) pouco foi alterado em termos de políticas públicas educacionais efetivas com vistas ao combate da violência em função do preconceito e da discriminação relacionados às questões de gênero e sexualidades na escola; sobretudo no que se refere às pessoas que integram o universo *trans*. (CICILLINI; FRANCO, 2015, p. 11).

¹³ Fernanda Farias de Albuquerque, conhecida como Princesa (1963 – 2000), foi uma transexual brasileira que protagonizou um documentário inspirado em seu romance autobiográfico (Princesa), chamado *Le Strade di Princesa* (Os caminhos de Princesa). Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernanda_Farias_de_Albuquerque> Acesso em: 16 de março de 2016.

As/os autoras/es nos mostram que são poucos os avanços em termos de políticas públicas educacionais com vistas ao combate da violência em função do preconceito às questões de gênero e sexualidades na escola, principalmente no que se refere às pessoas transexuais e travestis. Diante da insuficiência de ações de enfrentamento das políticas públicas, pessoas transexuais e travestis encontram barreiras para se matricularem, terem suas identidades respeitadas, fazerem uso das estruturas da escola (banheiros, por exemplo) e conseguirem manter sua integridade física preservada e respeitada.

De acordo com o texto, podemos compreender que mulheres transexuais e travestis são excluídas da escola, causando o fracasso escolar, através dos processos de violências anunciadas, quando ocorrem por parte das/os estudantes e, principalmente, pelos processos de violências veladas e outras nem tão veladas, causadas pela omissão e silenciamento do corpo docente diante dos casos de desrespeito e violação de direitos.

Ao longo do artigo *Corpos e subjetividades trans* na escola e nos movimentos sociais: A reinvenção das tentativas de captura por meio das normativas oficiais* (SANTOS, 2015), Dayana Brunetto Santos não faz menção aos conceitos de exclusão e abandono escolar. Em dado momento do texto, a autora utiliza o termo abandono entre aspas para analisar a fala de uma diretora de escola. Em nota de rodapé ela afirma que o termo abandono está em aspas porque é preciso considerar que existe um processo complexo de exclusão referente à experiência escolar de pessoas transexuais e travestis, em consequência da convivência escolar ser marcada por preconceito e exclusão.

A autora constata que uma das situações de exclusão escolar, para transexuais e travestis, é caracterizada pela recusa do uso do nome social e pelo uso do banheiro¹⁴ de acordo com sua identidade de gênero. Porém, afirma que com as regulamentações publicadas¹⁵, que normatizam a inserção do nome social e que orientam o uso do banheiro escolar de acordo com a identidade

¹⁴ “Em 2010, várias escolas da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná disponibilizaram um terceiro banheiro escolar específico para travestis e transexuais e, outras ainda, sugeriram que tais indivíduos utilizassem o banheiro das professoras”. (SANTOS, 2015, p. 04).

¹⁵ Segundo a autora, Estados do Pará, Maranhão, Paraná, Alagoas, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Santa Catarina, Goiás, São Paulo, Bahia e Tocantins, e os municípios de Belo Horizonte e Fortaleza regulamentam a utilização do nome social nas escolas. (SANTOS, 2015).

de gênero nas escolas, as pessoas transexuais e travestis têm estado presentes cada vez mais nos ambientes escolares.

Dayana Brunetto dos Santos (2015) ao mencionar a Resolução do Conselho Estadual de Educação da Bahia, nº 120, de 05 de novembro de 2013, que estabelece a inserção do nome social de travestis e transexuais nas escolas e se posiciona sobre o uso do banheiro, declara que “a utilização do banheiro escolar passou a ser uma questão política e teórica importante a partir do momento em que corpos e subjetividades trans* passaram a transitar nas escolas” (SANTOS, 2015, p. 03). Para a autora, o uso do banheiro constitui-se em uma questão teórica importante desde que pessoas transexuais e travestis passaram a transitar nos espaços escolares.

Considerações Finais

Iniciamos esta pesquisa tendo como foco o fracasso escolar de mulheres transexuais e travestis, com o objetivo de analisar e problematizar os trabalhos apresentados em dez anos de GT – 23 da ANPEd, no período histórico de 2005 a 2015. Em meio às análises e discussões propostas, percebemos que não há uma forma única de problematizar esta questão.

Ao ler os textos inúmeras vezes para descrever e, posteriormente, discutir acerca do fracasso escolar de mulheres transexuais e travestis, percebemos que são fontes inesgotáveis de problematizações. Nomenclaturas, termos correspondentes ao fracasso escolar e aspectos que interferem no fracasso escolar são apenas alguns dos pontos que foram problematizados, porém, muitas questões podem ser discutidas e questionadas, para além do que nos propuemos na presente pesquisa.

Os textos nos mostram que as mulheres transexuais e travestis deixam de frequentar a escola em razão de situações de violência, desrespeito e discriminação, não só por outras/os alunas/os como também pelas/os professoras/es. O despreparo das/os agentes escolares em lidar com as diferentes identidades de gênero também contribuem para o fracasso escolar dessas mulheres. A vivência no espaço escolar pode suceder de maneira desigual para cada pessoa, para alguns é o exercício de um direito, porém para outros pode ser uma tortura diária.

Em nossas leituras e reflexões, pudemos concluir que é necessário lutarmos, discutirmos e problematizarmos frente à garantia do direito à educação para todas e todos, principalmente à garantia de permanência de pessoas transexuais e travestis no espaço escolar. Mesmo que as/os autoras/es não se refiram especificamente ao conceito de fracasso escolar, reconhecemos que esta problemática está sendo discutida e problematizada a partir de diferentes análises teóricas. Cabe a nós, educadoras e educadores, repensar o espaço escolar, dar novos significados aos conceitos historicamente tratados no curso de formação docente, como o fracasso escolar, por exemplo. Perceber que todas as pessoas têm direito à educação e que as educadoras e educadores devem estar atentas/os e vigilantes às mais diversas violências que acabam por excluir pessoas consideradas diferentes do espaço escolar.

Resumo: A presente pesquisa teve por objetivo analisar e problematizar os trabalhos apresentados em dez anos de GT – 23 da ANPEd, tendo como recorte o período de 2005 a 2015, que dialogam sobre o fracasso escolar de mulheres transexuais e travestis. A problemática que norteou a pesquisa foi: “Quais os aspectos que interferem no fracasso escolar, na Educação Básica, de mulheres transexuais e travestis?” A pesquisa de caráter bibliográfico seguiu os preceitos dos Estudos de Gênero e Sexualidades no âmbito da Educação, utilizando os conceitos de gênero, cisgênero, travesti, transexual e fracasso escolar. Escolhemos os textos da ANPEd por esta Associação ser um amplo espaço de discussões sobre questões políticas e científicas no campo da educação. Para organizar nossas discussões fizemos agrupamentos de acordo com as questões que se assemelham e se distanciam entre os textos: “Nomenclaturas” e “Aspectos que interferem no fracasso escolar”. Com base nos nossos pressupostos teóricos foi possível pensar nas discussões e problematizações referentes à nossa problemática. Contudo, entendemos que essas problematizações nos possibilitou compreender que é necessário repensar o espaço escolar e lutarmos frente à garantia do direito à educação para todas as pessoas, principalmente à garantia de permanência de pessoas transexuais e travestis nas escolas.

Palavras-chave: Educação. Identidades. Transexualidade. Travestilidade. Fracasso escolar.

ABSTRACT: The present research had as objective to analyze and to problematize the articles presented in ten years of GT - 23 of ANPEd, having as a cut the period from 2005 to 2015, that dialogue about the school failure of transsexual and transvestite women. The research questionnaire was: “What are the aspects that interfere with the failure of the school in basic education for transsexual and transvestite women?” The bibliographic research followed the precepts of Gender Studies and Sexualities in Education, using the concepts of gender, cisgender, transvestite, transsexual and school failure. We have chosen the ANPEd texts for this Association to be a broad space for discussions on political and scientific issues in the field of education. In order to organize our discussions we have grouped according to the similarities and distances between the texts: “Nomenclatures” and “Aspects that interfere in school failure”. Based on our theoretical assumptions it was possible to think about the discussions and problematizations regarding our problem. However, we understand that these problematizations enabled us to understand that it is necessary to rethink the school space and fight to ensure the right to education for all people, especially the guarantee of transsexuals and transvestites staying in schools.

Keywords: Education. Identities. Transsexuality. Travestility. School failure.

REFERÊNCIAS

- ALVES E MOREIRA, Cláudio Eduardo Resende e Maria Ignez Costa. **Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans) subjetividades em escolas brasileiras**. Belo Horizonte – MG, 2015. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/QuadernsPsicologia/article/viewFile/303189/392825>> Acesso em: 20 de março de 2017.
- ANPED, Sobre a ANPED. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sobre-anped>> Acesso em: 28 de setembro de 2017.
- BENEDETTI, Marcos. **Toda feita: O corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro – RJ: Garamond, 2005. 144p.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Um nome próprio: Transexuais e travestis nas escolas brasileiras**. Caxambu – MG, 2009. Disponível em: <<http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5521--Int.pdf>> Acesso em: 20 de março de 2017.
- CICILLINI E FRANCO, Graça Aparecida e Neil. **Professoras travestis e transexuais brasileiras e seu processo de escolarização: Caminhos percorridos e obstáculos enfrentados**. Goiânia – GO, 2015. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_3241_texto.pdf> Acesso em: 20 de março de 2017.
- FERNANDA Farias de Albuquerque. In: **Wikipédia: a enciclopédia livre**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernanda_Farias_de_Albuquerque>. Acesso em: 16 de março de 2017.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf> Acesso em: 20 de março de 2017.
- JESUS, Jaqueline Gomes. **Crianças trans: memórias e desafios teóricos**. Salvador – BA, 2013. Disponível em: <http://www.academia.edu/4064030/Crian%C3%A7as_trans_mem%C3%B3rias_e_desafios_te%C3%B3ricos> Acesso em: 20 de março de 2017.
- _____. **Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária**. Salvador – BA, 2012a. Disponível em: <http://abeh.org.br/arquivos_anais/J/007.pdf> Acesso em: 20 de março de 2017.
- _____. **Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista**. In: JESUS, Jaqueline Gomes. (Org.). **Transfeminismo: teorias e práticas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015. p. 17 – 32.
- _____. **Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos**. Brasília – DF, 2012b. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/orienta%C3%87%C3%95es_sobre_identidade_de_g%C3%84nero_conceitos_e_termos_-_2%C2%AA_edi%C3%A7%C3%A3o.pdf?1355331649> Acesso em: 20 de março de 2017.
- JUNCKES E SILVA, Ivan Jairo e Joseli Maria. **Espaço escolar e diversidade sexual: Um desafio às políticas educacionais no Brasil**. *Didáticas Específicas*, v. 1, p. 148-166, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/45513273_Espaco_escolar_e_diversidade_sexual_um_desafio_as_politicas_educacionais_no_Brasil> Acesso em: 20 de março de 2017.
- JUNIOR E MAIO, Isaias Batista de Oliveira e Eliane Rose. **Re/des/construindo in/diferenças: A expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar** – BA, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/viewFile/2292/1598>> Acesso em: 20 de março de 2017.
- LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, escola e identidade**. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 60-75, 2000. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/46833/29119>> Acesso em: 20 de março de 2017.

_____. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. 16. Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014. 177p.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER E PARAÍSO, Dagmar Estermann e Marlucy Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação.** Belo Horizonte – MG: Mazza, 2012. p. 23 – 42.

OLIVEIRA, Hélène Soares de. **Relação entre a actividade física e o rendimento escolar.** Porto – PT, 2009. Disponível em: < https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahukewjpu6uj7uxsahvmgzakhdm-azyqfggcmaa&url=http%3a%2f%2fsgarra.up.pt%2fflup%2fpt%2fpub_geral.show_file%3fpi_gdoc_id%3d2474&usg=afqjcnvknkntoltgkjpqf-fedspxfmcaa> Acesso em: 20 de março de 2017.

OLIVEIRA E PORTO, João Felipe Zini Cavalcante e Tauane Caldeira. **A transfobia e a negação de direitos sociais: A luta de travestis e transexuais pelo acesso à educação.** São Leopoldo – RS, 2016. Disponível em: < <http://anais.est.edu.br/index.php/genero/article/view/649>> Acesso em: 20 de março de 2017.

ROVIRA, Maria Puig. Educação em Valores e Fracasso Escolar. In: MARCHESI E GIL, Álvaro e Carlos Hernández. **Fracasso escolar:** Uma perspectiva multicultural. Porto Alegre – RS: Artmed, 2004. p. 82 – 90.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin. **Corpos e subjetividades trans* na escola e nos movimentos sociais: A reinvenção das tentativas de captura por meio das normativas oficiais.** Florianópolis - SC, 2015. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt23-4128.pdf>> Acesso em: 20 de março de 2017.

SOUZA, Aldaci de. **Agressões sofridas por transexual sergipana repercutem.** Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/noticias/cidade/ler.asp?id=158415>>. Acesso em 28 de setembro de 2016.

Recebido em Julho de 2017

Aprovado em Setembro de 2017